



## USOS DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS PELAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, GESTORES ESCOLARES E PROFESSORES: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PUBLICADA NO BRASIL (2008-2018)

Regilson Maciel Borges, Karolayne Rezende de Carvalho, Thaís Mariana de Freitas, Eder Adriano Mendonça

Universidade Federal de Lavras – UFLA, Departamento de Educação, MG. E-mail: [regilsonborges@gmail.com](mailto:regilsonborges@gmail.com)

### RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar a produção científica publicada em artigos científicos, teses, dissertações e anais de eventos sobre os usos dos resultados das avaliações externas pelas secretarias de educação, gestores escolares e professores, buscando compreender como os/as autores/as das produções analisadas apontam que essas instâncias das redes de ensino se apropriam dos resultados dessas avaliações. Metodologicamente trata-se de um estudo bibliográfico, que foi realizado nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal Educ@ publicações online de educação da Fundação Carlos Chagas (artigos), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (teses e dissertações) e nos sites da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPEd) (anais de eventos), tendo como descritores de busca as palavras “avaliação externa”, “secretaria de educação/gestores/professores” e “usos dos resultados”. Os resultados do levantamento sobre os usos dos resultados da avaliação externa apontaram para 12 estudos se referiam as secretarias de educação, 8 estudos com foco na gestão escolar e 10 que tratavam dos usos pelos professores, totalizando 27 produções, considerando que 3 trabalhos se repetem nos focos analisados. A avaliação externa é centralizada e tem foco predominante o rendimento do aluno. Essas avaliações baseiam-se principalmente nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, o que acaba levando ao estreitamento curricular, que acabam também sinalizando o investimento de secretarias de educação, gestão escolar e professores em conteúdos que serão cobrados nos exames realizados pelo poder público.

**Palavras-chave:** Usos das avaliações externas; Secretarias de educação; Gestores escolares; Professores.

### USES OF THE RESULTS OF EXTERNAL EVALUATIONS BY THE SECRETARIATS OF EDUCATION, SCHOOL MANAGERS AND TEACHERS: ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION PUBLISHED IN BRAZIL (2008-2018)

### ABSTRACT

The research aimed to analyze the scientific production published in scientific articles, theses, dissertations and event proceedings on the uses of the results of external evaluations by the departments of education, school managers and teachers, seeking to understand how the authors of the productions analyzed point out that these instances of education networks appropriate the results of these evaluations. Methodologically, this is a bibliographic study, which was carried out in the Scientific Electronic Library Online (SciELO) databases and in the Portal Educ@ online education publications of the Carlos Chagas Foundation (articles), in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) (theses and dissertations) and on the websites of the National Association of Education Policy and Administration (ANPAE) and the National Association for Research and Graduate Studies (ANPEd) (annals of events), having as search descriptors the words "external evaluation", "secretariat of education/managers/teachers" and "use of results". The results of the survey on the uses of the results of the external evaluation pointed to 12 studies referring to the departments of education, 8 studies focusing on school management and 10 dealing with uses by teachers, totaling 27 productions, considering that 3 works are repeated in the analyzed focuses. External assessment is centralized and predominantly focuses on student performance. These assessments are mainly based on Portuguese Language and Mathematics

contents, which ends up leading to a narrowing of the curriculum, which also end up signaling the investment of education departments, school management and teachers in contents that will be charged for in exams carried out by the government.

**Key words:** Uses of external assessments; Education departments; School managers; Teachers.

## **USOS DE LOS RESULTADOS DE LAS EVALUACIONES EXTERNAS POR LAS SECRETARIAS DE EDUCACIÓN, DIRECTORES ESCOLARES Y PROFESORES: ANÁLISIS DE PRODUCCIÓN CIENTÍFICA PUBLICADO EN BRASIL (2008-2018)**

### **RESUMEN**

La investigación tuvo como objetivo analizar la producción científica publicada en artículos científicos, tesis, disertaciones y actas de eventos sobre los usos de los resultados de evaluaciones externas por parte de los departamentos de educación, directivos escolares y docentes, buscando comprender cómo los autores de las producciones analizadas apuntan. Destacan que estas instancias de redes educativas se apropian de los resultados de estas evaluaciones. Metodológicamente, se trata de un estudio bibliográfico, que se realizó en las bases de datos de la Biblioteca Electrónica Científica en Línea (SciELO) y en las publicaciones educativas en línea Portal Educ@ de la Fundación Carlos Chagas (artículos), en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) (tesis y disertaciones) y en los sitios web de la Asociación Nacional de Política y Administración Educativa (ANPAE) y la Asociación Nacional de Investigación y Estudios de Posgrado (ANPEd) (anales de eventos), teniendo como descriptores de búsqueda las palabras "evaluación externa", "Secretaría de educación/gestores/docentes" y "aprovechamiento de los resultados". Los resultados de la encuesta sobre los usos de los resultados de la evaluación externa apuntan a 12 estudios referidos a los departamentos de educación, 8 estudios centrados en la gestión escolar y 10 relacionados con los usos por parte del profesorado, totalizando 27 producciones, considerando que se repiten 3 trabajos en los focos analizados. La evaluación externa está centralizada y se enfoca principalmente en el desempeño de los estudiantes. Estas evaluaciones se basan principalmente en contenidos de Lengua Portuguesa y Matemáticas, lo que acaba dando lugar a un estrechamiento del plan de estudios, que también acaba señalando la inversión de los departamentos de educación, dirección de la escuela y docentes en contenidos que se cobrarán en los exámenes realizados por el Gobierno.

**Palavras-chave:** Usos de evaluaciones externas; Departamentos de educación; Directores de escuela; Maestros.

### **1 INTRODUÇÃO**

As avaliações externas se caracterizam como um acompanhamento global dos sistemas de ensino "com objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitem verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas" (FREITAS *et al.*, 2012, p. 47). Freitas *et al.* (2012, p. 47) mencionam que quando conduzidas com metodologia adequada essas avaliações externas do tipo em larga escala "podem trazer importantes informações sobre desempenho dos alunos, dados sobre professores, condições de trabalhos e funcionamento das escolas de uma rede". As avaliações externas ocupam um papel central na formulação e implementação das políticas educacionais, tanto no nível básico quanto no ensino superior (CASTRO, 2009).

Na educação básica brasileira, esse movimento configurou-se de modo mais centralizado a partir dos anos 1990 com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 1990, e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 1998. Além dessas avaliações de âmbito nacional, durante os anos noventa várias regiões do país organizaram as avaliações de seus sistemas escolares, conforme destacam Brooke e Cunha (2011) ao analisarem algumas das iniciativas estaduais desse mesmo período.

As primeiras iniciativas de avaliação estaduais foram organizadas em 1992, trata-se da avaliação dos alunos das Escolas-Padrão pelo Estado de São Paulo e do Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. No estado do Paraná também foi criado um Programa de Avaliação do Sistema Educacional, aplicado pela primeira vez em 1995. Em 1996 foi

implantado o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Ainda nesse período houve experiências de avaliação nos estados de Mato Grosso do Sul, com o Núcleo de Avaliação Educacional do Mato Grosso do Sul (NAE) e Rio Grande do Sul. Em 1999, as Secretarias de Educação dos estados do Acre e da Bahia iniciam avaliações de seus sistemas (BROOKE; CUNHA, 2011).

A partir dos anos 2000 outros estados criaram os seus próprios sistemas de avaliação, caso de Minas Gerais com o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), Maranhão com o Projeto de Avaliação das Escolas Públicas do Maranhão (PAM), Pernambuco com o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), Espírito Santo com o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES) e o Rio De Janeiro com Programa Nova Escola (PNE). Em 2001, Goiás implantou o Sistema Integrado de Avaliação do Estado de Goiás (SAEGO) e Alagoas iniciou o Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas (SAVEAL). Em 2003 ocorreu a implantação do Sistema de Avaliação da Educação do Mato Grosso do Sul (SAEMS). Em 2004 o Sergipe implantou o Sistema de Avaliação Periódica de Desempenho (SAPED). Em 2005 o Rio Grande do Sul criou o Sistema do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS). Em 2008 são criados o Sistema de Avaliação do Desempenho da Educação do Amazonas (SADEAM), a Prova Piauí e o Sistema de Avaliação do Desempenho das Instituições Educacionais do Sistema de Ensino do Distrito Federal (SIAD). Em 2009 é criado o Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE) do Acre (BROOKE; CUNHA, 2011).

A justificativa para se investigar a temática proposta nesta pesquisa, a de que os resultados das avaliações externas são pouco aproveitados pelas diferentes instâncias das redes de ensino (professores, gestores, equipes centrais e regionais), é apontada por Sousa e Oliveira (2010, p. 793) ao afirmarem que, “quanto ao uso dos resultados, são tênues ou inexistentes seus impactos ainda que precedidos, na fala de seus propositores, de ampla retórica presente na literatura sobre suas potencialidades”. Brooke e Cunha (2011) confirmam essa conclusão quando salientam a aparente incipiência de políticas de gestão quanto à utilização das informações sobre o

desempenho dos alunos apresentados pelas avaliações externas em larga escala.

No caso dos usos dos resultados pelas secretarias de educação, Alavarse, Bravo e Machado (2013) ressaltam que “a concepção de avaliação como um processo amplo de subsídio para tomada de decisões no âmbito dos sistemas de ensino é recente no Brasil [...]”. Assim, compreendemos que “a avaliação é, então, um processo e uma condição necessários para que se possam estabelecer e acompanhar metas qualitativas e quantitativas e verificar se estas últimas são atingidas” (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013, p. 25). No caso da gestão escolar, Sousa e Oliveira (2010), mencionam que a gestão tem um papel crucial na tentativa de tradução desses resultados para uma linguagem mais compreensiva e acessível, seja pela organização de seminários para explicitar os significados dos resultados, seja pela produção de materiais que ajudem a reflexão das escolas.

Quando dos usos pelos professores, Blasis, Falsarella e Alavarse (2013, p. 12), apontam que existe a possibilidade de as avaliações externas fornecerem “pistas importantes para que se reflita sobre o desenvolvimento do trabalho educativo no interior das escolas, especialmente quando esses resultados se referem a aspectos ou componentes que têm peso para o conjunto das atividades escolares [...]”, neste caso incidindo diretamente sobre o trabalho do professor em sala de aula.

A respeito dos usos e apropriações dos resultados das avaliações externas discutidas na produção de conhecimento brasileira, Calderón e Borges (2020) ressaltam que, em geral, predominam na literatura acadêmica as abordagens de autores que as analisam de forma negativa, questionando e criticando alguns dos usos decorrentes dessas avaliações, o que revela, segundo os autores, um tensionamento teórico-epistemológico no campo da produção científica brasileira em torno dos muitos usos que tem sido feito dos resultados das avaliações externas:

[...] por um lado, nas abordagens que, ancoradas numa epistemologia subjetivista de avaliação, criticam e tentam desqualificar estudos que ressaltam a importância da avaliação externa baseada no resultado do desempenho

acadêmico dos alunos em avaliações em larga escala dentro do campo da eficácia escolar; e, por outro, naquelas abordagens que, fundamentadas numa epistemologia objetivista, defendem o caráter eminentemente técnico da implementação de políticas que objetivam a garantia do direito à aprendizagem, adotando monitoramento do desempenho escolar e alinhamento do trabalho docente com os objetivos de aprendizagem. (CALDERÓN; BORGES, 2020, p. 50).

Vianna (2003, p. 26, grifo do autor), ressalta que os resultados dessas avaliações precisam ser analisados por todos aqueles que fazem a escola, desde gestores, professores a equipe central e regional das Secretarias de Educação, “a fim de que sejam incorporados ao planejamento escolar e contribuam para o processo educacional”. De tal modo que, só faz sentido pensar a utilização dos resultados das avaliações externas, se estas evidenciarem elementos próprios da realidade escolar que passou pelo processo de avaliação, pois o que se espera é que professores e alunos sintam-se representados nos resultados promovidos pelos exames aplicados em larga escala, e mais, que esses resultados possibilitem a orientação das atividades docentes e contribuam ativamente no processo de transformação dos alunos, e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade do ensino (VIANNA, 2003).

A partir disso, essa pesquisa teve como objetivo principal mapear e analisar a produção científica publicada em artigos científicos, teses, dissertações e anais de eventos que tratam dos usos das avaliações externas pelas secretarias de educação, gestores escolares e professores, buscando compreender como os/as autores/as das produções analisadas apontam que essas instâncias das redes de ensino se apropriam dos resultados dessas avaliações. Assim, a fim de atingirmos os objetivos propostos, realizamos uma pesquisa predominantemente bibliográfica em bases de dados disponíveis online, cujos dados são apresentados neste artigo. A escolha

do recorte temporal de 2008 a 2018 considerou estudo realizado por Sousa e Oliveira (2010) que analisaram alguns sistemas de avaliação destacando suas características entre 2005 e 2007, de tal modo que temos uma visão após 2008 até o início do presente estudo.

## 2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia adotada foi à pesquisa bibliográfica, cuja finalidade é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 43-44). Além disso, cabe evidenciar que a realização do levantamento bibliográfico possibilitou uma maior compreensão sobre os usos dos resultados das avaliações externas pelos professores, visto que a pesquisa bibliográfica se configura como:

Um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 43).

Dessa forma, para o levantamento das produções foram considerados os seguintes descritores: “avaliação externa”, “secretarias de educação/gestores/professores” e “usos dos resultados”. O estudo bibliográfico foi realizado nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no Portal Educ@ publicações online de educação da Fundação Carlos Chagas (artigos), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (teses e dissertações) e nos sites da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPEd) (anais de eventos).

Na busca com foco nos usos dos resultados das avaliações externas pelas secretarias de educação, foram utilizados os seguintes descritores: “avaliação externa”, “secretarias de educação” e “usos dos resultados”. Foram encontrados um total de 18 trabalhos, sendo 7 dissertações, 5 anais de eventos, 4 artigos e 2 teses. A partir disso, foram selecionados os trabalhos que se referiam

diretamente à utilização dos resultados das avaliações externas pelas secretarias de educação, dos quais restaram um total de 13 trabalhos, sendo 4 artigos, 4 dissertações, 3 publicações em anais de eventos e 1 tese.

Quando o foco recaiu sobre os usos dos resultados das avaliações externas pela gestão escolar, os descritores de busca foram: “avaliação externa”, “gestão escolar” e “usos dos resultados”. No levantamento foram encontrados um total de 126 trabalhos, distribuídos em 87 artigos, 25 teses e dissertações e 9 anais de eventos. Desse total selecionamos aqueles estudos que se referiam diretamente aos usos da avaliação externa pela gestão escolar, dos quais restaram 8 trabalhos, sendo 5 artigos científicos, 1 tese, 1 dissertação e 1 trabalho publicado em anais de eventos.

No levantamento sobre os usos dos resultados das avaliações externas pelos professores, utilizamos como descritores os termos: “avaliação externa”, “professores” e “usos dos resultados”. Foram encontrados um total de 120 trabalhos, distribuídos em 80 teses e dissertações, 25 trabalhos em anais de eventos e 15 artigos científicos. Desse total selecionamos aqueles estudos que se referiam diretamente aos usos da avaliação externa pelos professores, dos quais restaram 10 trabalhos, sendo 6 artigos científicos, 2 dissertações, 1 tese e 1 trabalho publicado em anais de eventos.

Depois de selecionados os 27 trabalhos, a etapa seguinte foi à organização das produções em tabelas *Microsoft Excel*, com a intenção de construir indicadores a partir do Ano de Publicação, Local de Publicação, Base de Dados, Descritores de Busca, Autoria, Vinculação Institucional, Título do Trabalho, Palavras-chave. Segundo Hayashi (2013, p. 92) “o cruzamento desses indicadores permite uma ampliação das análises bibliométricas. Isso significa que é possível cruzar, por exemplo: temáticas x ano; vinculação institucional x área de conhecimento”.

Na terceira etapa as produções foram lidas na íntegra e organizadas em fichas de leitura que continham: dados da publicação, autoria/dados dos autores, tipo de publicação e categorias de análise que enfatizavam: “Avaliação externa na perspectiva dos autores analisados”, “Usos da avaliação externa pelas secretarias de educação”, “Usos da avaliação externa pelos gestores escolares” e “Usos da avaliação externa pelos professores”. Lüdke e André (1986, p. 43) destacam que “as categorias devem antes de tudo refletir os propósitos da pesquisa”, cuja reunião dos dados, em nosso caso, se deu a partir da incidência dos assuntos abordados pelos autores distribuídos em cada categoria.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados a seguir em dois momentos, sendo que o primeiro traça o mapeamento da produção considerando os indicadores das produções como “Ano de publicação”, “Local de publicação”, “Base de dados”, “Descritores de busca”, “Autoria”, “Vinculação institucional”, “Título do trabalho” e “Palavras-chave”. O segundo analisa os trabalhos a partir das categorias adotadas na análise dos dados, a saber: “Avaliação externa na perspectiva dos autores analisados”, “Usos da avaliação externa pelas secretarias de educação”, “Usos da avaliação externa pelos gestores escolares” e “Usos dos resultados da avaliação externa pelos professores”.

#### 3.1 Mapeamento da produção científica

Os dados do mapeamento bibliográfico sobre os usos dos resultados da avaliação externa resultaram em um total de 30 trabalhos, sendo que 12 desses se referiam aos usos pelas secretarias de educação, 8 estudos com foco na gestão escolar e 10 tratavam dos usos pelos professores. Os trabalhos foram organizados em planilhas com indicadores das produções que se encontram apresentados no Quadro 1 a seguir:

**Quadro 1.** Produção científica publicada sobre os usos das avaliações externas pelas secretarias de educação, gestão escolar e professores (2008-2018)

<b>3.1.1 USOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS PELAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO</b>							
<b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE PRODUÇÃO</b>	<b>LOCAL DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>BASE DE DADOS</b>	<b>DESCRIPTORIOS DE BUSCA</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>TÍTULO DO TRABALHO</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE DA PRODUÇÃO</b>
2010	Artigo	Cadernos de Pesquisa	SciELO	Avaliação externa/ secretarias/ uso dos resultados	Sandra Zákia L. Souza (USP) Romualdo Portela de Oliveira (USP)	Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados implicações e tendências.	Políticas Educacionais/ Avaliação de Estudantes/ Administração Escolar, Saeb
2011	Dissertação	UFSC	BDTD	Avaliação de sistema/ secretaria de educação/ uso de resultados.	Lucimara Domingues de Oliveira (UFSC)	Implicação da prova Brasil na formação continuada de professores: uma análise da rede municipal de ensino de Florianópolis (2005-2010)	Avaliação/ Prova Brasil/ Formação continuada/ Escola pública.
2011	Artigo	Educação e pesquisa	SciELO	Avaliação/ secretaria de educação/ uso de resultados	Adriana Bauer (FCC/USP)	Formação continuada de professores e resultados dos alunos no SARESP: Propostas e realizações.	SARESP/ Formação de professores/ Avaliação de políticas educacionais.
2013	Dissertação	UFJF	BDTD	Avaliação de sistema/ secretaria de educação/ uso de resultados.	Linéia Moreira Maciel (UFJF)	O uso do SPAECE pela Secretaria Municipal a educação de Quixadá: desafios e possibilidades	Avaliação externa/ SPAECE/ Uso dos resultados/ Quixadá.
2013	Dissertação	UFGD	BDTB	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em larga escala/ gestores/ gestão escolar/ usos dos resultados/ utilização dos resultados	Francielle Priscila Pott (UFGD)	Avaliação e gestão da alfabetização: usos da Provinha Brasil no Município Dourados-MS	Política Educacional/ Educação Municipal/ Ensino Fundamental
2013	Anais	26º simpósio	ANPAE	Avaliação de sistema/ secretaria de educação/ uso de resultados.	Vandré Gomes da Silva (FCC/UNISANTOS) Nelson A. S. Gimenes (FCC) Lisandra Marisa Príncipe	Por que Secretarias de Educação investem em sistemas próprios de avaliação em larga escala?	Avaliação em larga escala/ Avaliação externa/ Política educacional.

					(Faculdade Sumaré) Paula Louzano (USP)		
2014	Artigo	Roteiro	Portal Educ@	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em larga escala/ gestores/ gestão escolar/ usos dos resultados/ utilização dos resultados	Bárbara Barbosa Born (USP) Raíssa de Oliveira Chappaz (USP)	Currículo e avaliação externa na Rede Municipal de Ensino de São Paulo: Reducionismo ou Imbricações?	Avaliação externa/ Política curricular/ Prova São Paulo.
2015	Tese	UFRGS	BDTD	Avaliação de sistema/ secretaria de educação/ uso de resultados.	Ana Cristina Ghisleni (UFRGS)	Efeitos da política nacional de avaliação em larga escala na gestão e na prática pedagógica do sistema municipal de educação de Porto Alegre.	Avaliação/ Avaliação em larga escala/ Sistema Municipal de Educação de Porto Alegre.
2017	Anais	38° Reunião (GT 05)	ANPEd	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em larga escala/ gestores/ gestão escolar/ usos dos resultados/ utilização dos resultados	Lucas Gabriel dos Santos Sayão (UFGD) Ana Cristina da Silva Brito (UFGD) Eliane de Fátima Triches (UFGD)	Marco regulatório da política de formulação do Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul – SAEMS	Política Educacional/ Avaliação Sistemática/ SAEMS/ Marco regulatório/ Agenda educacional.
2017	Anais	38 ° Reunião (GT 05)	ANPEd	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em larga escala/ gestores/ gestão escolar/ usos dos resultados/ utilização dos resultados	Fabio Perboni (UFGD)	Tendências e convergências das políticas de bonificação vinculadas às avaliações externas e em larga escala nas Redes Estaduais de Educação	Avaliações Externas e em Larga Escala/ Responsabilização Docente/ Políticas de Bonificação.
2018	Artigo	Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação.	SciELO	Avaliação em larga escala/ secretaria de educação	Rodrigo Rosistolato (UFRJ) Ana Pires do Prado (UFRJ) Leane Rodrigues Martins (UFRJ)	A "realidade" de cada escola e a recepção de políticas educacionais.	Política educacional/ Avaliação em larga escala/ Prova Brasil.

2018	Dissertação	UFJF	BDTD	Avaliação de sistema/ secretaria de educação/ uso de resultados.	Elson Rogerio Ferreira Nunes (UFJF)	Sistema de avaliação educacional de Rondônia: desafios para sua continuidade.	Sistema de avaliação educacional de Rondônia/ Sistemas de avaliação educacionais estaduais/ Interpretação e apropriação dos resultados das avaliações externas.
------	-------------	------	------	--	-------------------------------------	---	---

### 3.1.2 USOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS PELA GESTÃO ESCOLAR

ANO DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE PRODUÇÃO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	BASE DE DADOS	DESCRIPTORIOS DE BUSCA	AUTORIA	TÍTULO DO TRABALHO	PALAVRAS-CHAVE DA PRODUÇÃO
2010	Artigo	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Portal Educ@	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em larga escala/ gestores, gestão escolar/ usos dos resultados, utilização dos resultados	João Luiz Horta Neto (UnB)	Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema	Avaliação Externa/ Educação/ Política Pública.
2015	Tese	UFRGS	BDTD	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em larga escala/ gestores/ gestão escolar/ usos dos resultados/ utilização dos resultados	Ana Cristina Ghisleni (UFRGS)	Efeitos da Política Nacional de Avaliação em Larga Escala na Gestão e na Prática Pedagógica do Sistema Municipal de Porto Alegre (2005-2013)	Avaliação/ Avaliação em larga escala/ Sistema Municipal de Educação de Porto Alegre
2015	Artigo	Revista educação e Prática	Portal Educ@	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em larga escala/ gestores/ gestão escolar/ usos dos resultados/ utilização dos resultados	Cristiane Machado (UNICID) Ocimar Munhoz Alavarse (USP)	Responsabilização ou controle da qualidade do ensino: a que serve a avaliação externa?	Avaliação externa/ Responsabilização/ Qualidade/ Aprendizagem
2015	Artigo	Educação e Pesquisa	Portal Educ@	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em	Adriana Bauer (FCC/USP) Ocimar Munhoz Alavarse (USP) Romualdo Portela	Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate	Avaliação em larga escala/ Avaliação externa/ Política educacional.

				larga escala/ gestores/ gestão escolar/ usos dos resultados/ utilização dos resultados	de Oliveira (USP)		
2015	Artigo	Estudos em Avaliação Educacional	Portal Educ@	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em larga escala/ gestores/ gestão escolar/ usos dos resultados/ utilização dos resultados	Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha (UNIMEP) Andreza Barbosa (UNIMEP) Maria José Da Silva Fernandes (UNESP)	Implicações das avaliações externas para o trabalho docente coletivo	Avaliação Externa/ Organização do Trabalho Docente/ Gestão Pedagógica da Escola/ SARESP
2016	Dissertação	PUC-SP	BDTD	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em larga escala/ gestores/ gestão escolar/ usos dos resultados/ utilização dos resultados	Paula Helana de Andrade Querido (PUC-SP)	Os usos dos resultados das avalições externas por escolas na proposição de ações de melhorias	Avaliação Externa/ Uso e Apropriação do Resultado/ Gestão Escolar.
2016	Artigo	Estudos em Avaliação Educacional	Portal Educ@	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em larga escala/ gestores/ gestão escolar/ usos dos resultados/ utilização dos resultados	Cristiane Machado (UNICID)	Avaliação externa e escolas públicas: Elementos de gestão escolar democrática.	Avaliação Externa/ Escolas Públicas/ Gestão Escolar Democrática/ Questionário Contextual
2017	Anais	38° Reunião (GT 05)	ANPEd	Avaliação de sistemas/ avaliação externa/ avaliação em larga escala/ gestores/ gestão escolar/ usos dos resultados/ utilização dos	Fabio Perboni (UFGD)	Tendências e convergências das políticas de bonificação vinculadas às avaliações externas e em larga escala nas redes estaduais de educação	Avaliações Externas e em Larga Escala/ Responsabilização Docente/ Políticas de Bonificação.

resultados							
3.1.3 USOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS PELOS PROFESSORES							
ANO DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE PRODUÇÃO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	BASE DE DADOS	DESCRIPTORIOS DE BUSCA	AUTORIA	TÍTULO DO TRABALHO	PALAVRAS-CHAVE DA PRODUÇÃO
2008	Artigo	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Portal Educ@	Avaliação de Sistemas/ Avaliação Externa/ Avaliação em Larga Escala/ Professores/ Docentes/ Uso dos Resultados	Marli André (PUC-SP)	Avaliação revela impacto de um programa de formação de professores	Estudos de caso/ Formação de professores/ Avaliação externa
2010	Dissertação	UFMG	BDTD	Avaliação de Sistemas/ Avaliação Externa/ Avaliação em Larga Escala/ Professores/ Docentes/ Uso dos Resultados	Marinilda Maia (UFMG)	Provinha Brasil: a utilização e avaliação dos testes de diagnósticos da alfabetização pelos professores	Avaliação Externa/ Alfabetização/Provinha Brasil
2012	Artigo	Educação & Sociedade	SciELO	Avaliação de Sistemas/ Avaliação Externa/ Avaliação em Larga Escala/ Professores/ Docentes/ Uso dos Resultados	Maria Eugénia Ferrão (Universidade da Beira Interior)	Avaliação educacional e modelos de valor acrescentado: tópicos de reflexão	Prestação de contas/ Modelo de valor acrescentado/Avaliação educacional
2013	Artigo	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Portal Educ@	Avaliação de Sistemas/ Avaliação Externa/ Avaliação em Larga Escala/ Professores/ Docentes/ Uso dos Resultados	Nilma Santos Fontanive (PUC-RJ)	A Divulgação dos Resultados das Avaliações dos Sistemas Escolares: limitações e Perspectivas	Avaliação em Larga Escala/ Impactos dos Resultados na Sala de Aula/ Apropriação de Resultados pelos Professores
2014	Artigo	Cadernos de Pesquisa	SciELO	Avaliação de Sistemas/ Avaliação Externa/ Avaliação em Larga Escala/ Professores/ Docentes/ Uso dos Resultados	Eric Ferdinando Kanai Passone (USP)	Incentivos monetários para professores: Avaliação, Gestão e Responsabilização na Educação Básica	Políticas Educacionais/ Avaliação/ Qualidade do Ensino/ Programas de Responsabilização de Professores
2015	Artigo	Educação:	Portal	Avaliação de	Cristiane	Responsabilização	Avaliação externa/

		Teoria e Prática	Educ@	Sistemas/ Avaliação Externa/ Avaliação em Larga Escala/ Professores/ Docentes/ Uso dos Resultados	Machado (UNICID) Ocimar Munhoz Alavarse (USP)	ou controle da qualidade do ensino: a que serve a avaliação externa?	Responsabilização/ Qualidade/ Aprendizagem
2015	Artigo	Estudos em Avaliação Educacional	Portal Educ@	Avaliação de Sistemas/ Avaliação Externa/ Avaliação em Larga Escala/ Professores/ Docentes/ Uso dos Resultados	Uillians Eduardo dos Santos (UNESP) Claudia Pereira de Pádua Sabia (UNESP)	Percurso histórico do SARESP e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula	Avaliação Externa/ Avaliação em Larga Escala/ SARESP/Trabalho Didático
2015	Tese	UFC	BDTD	Avaliação de Sistemas/ Avaliação Externa/ Avaliação em Larga Escala/ Professores/ Docentes/ Uso dos Resultados	Larissa Martins Dantas (UFC)	Avaliação externa e prática docente: o caso do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) em uma escola em Maracanú-CE	Avaliação educacional/ SPAECE/Uso dos Resultados
2017	Anais	29º Simpósio	ANPEd	Avaliação de Sistemas/ Avaliação Externa/ Avaliação em Larga Escala/ Professores/ Docentes/ Uso dos Resultados	Marcilene Pelegrine Gomes (PUC-GO)	Avaliação Educacional e a Qualidade da Educação Básica	Qualidade da Educação/ Regulação/ Avaliação educacional
2018	Dissertação	UNESP	BDTD	Avaliação de Sistemas/ Avaliação Externa/ Avaliação em Larga Escala/ Professores/ Docentes/ Uso dos Resultados	Hayla Emanuelle Torrezan (UNESP)	Desdobramentos do SARESP na prática docente: percepções de professores e coordenadores pedagógicos de escolas estaduais paulistas	SARESP/Avaliação externa/Avaliação em larga escala/Prática docente

**Fonte:** Os autores (2020)

O Quadro 1 com o mapeamento das publicações indica que a produção sobre os usos dos resultados da avaliação distribuiu-se em 14 artigos científicos, 7 dissertações, 4 anais de eventos e 2 teses, totalizando os 27 trabalhos selecionados na pesquisa. Ao longo do período analisado, de 2008 a 2018, os trabalhos se

concentraram no ano de 2015 com seis publicações; seguido do ano de 2013 com quatro publicações; de 2010, 2017 e 2018 com três publicações em cada ano; 2011, 2014 e 2016 com duas publicações em cada ano; e nos demais anos de 2008 e 2012 com uma publicação cada. Dos 38 autores que publicaram sobre o tema no



escala dos índices de aprendizagem dos estudantes. Dessa forma, avaliações externas como a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) passaram a utilizar itens de cada componente curricular com o intuito de fornecer “dados que, se apropriados de forma consistente, podem revigorar os contornos da escola pública que realiza a sua função social na sociedade democrática de garantir o ensino-aprendizagem para todos os seus alunos” (MACHADO; ALAVARSE, 2015, p. 76).

Além disso, Machado e Alavarse (2015) destacam que a avaliação apresenta uma ótica de condição necessária para que possamos estabelecer metas que irão medir a quantidade e a qualidade das avaliações e verificar se elas estão alcançando ou atingindo o ideal proposto. Machado (2016) afirma que o desenvolvimento traz a possibilidade de o aluno aprender como esses resultados irão se distribuir em fase de maneira social, ou seja, quais as condições da escola? Quais as condições desse aluno para que ele permaneça na escola? Todos esses fatores influenciam no desempenho do aluno no ato da realização da prova. Nessa perspectiva, Horta Neto (2010) menciona que a avaliação, que há muito tempo já estava presente no ambiente escolar, passa a selecionar os alunos e os indivíduos e a utilizar o teste escrito e o sistema de notação para uma maior credibilidade pública, transparecendo um rigor no julgamento desses resultados e interferindo nos currículos e nas propostas pedagógicas.

Nunes (2018) aponta que a avaliação externa funciona como uma espécie de senso e com periodicidade anual. Deste modo, o seu estudo buscou identificar e analisar o nível de proficiência em leitura dos alunos regularmente matriculados nos 2º anos do ensino fundamental das escolas públicas do Estado do Ceará, tanto da rede municipal, quando da rede estadual. Pott (2013) também destaca que as avaliações externas possuem uma padronização, sendo aplicadas em diferentes regiões do país. Sendo assim, a avaliação externa em larga escala se compromete em observar as escolas de uma cidade ao invés de focar nos resultados dos alunos.

Dessa forma, para Bauer (2011), propor formações aos professores nas áreas em que os alunos não foram tão bem nas avaliações em larga escala não é o ideal, já que as condições sociais e econômicas em que os alunos vivem podem interferir no resultado destas avaliações.

Sousa e Oliveira (2010, p. 810) indicam que o estado do Paraná e Ceará tem se apropriado das avaliações em larga escala e ainda dizem que “melhorou muito a capacidade técnica disponível no Brasil para processos de avaliação de larga escala, principalmente no que diz respeito à teoria da medida”.

Cunha, Barbosa e Fernandes (2015) entendem que avaliação é de extrema importância para elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP), pois os profissionais irão refletir sobre as finalidades do trabalho e atendendo seus objetivos construindo assim campos de discussão valorizando respeito, processos, contextos e produtos. Bauer, Alavarse e Oliveira (2015, p. 1379) ressaltam que “diante do se poderia denominar de visão ingênua das virtudes das avaliações em larga escala”, há que se considerar “que essas avaliações têm potencialidades para produzir avanços no conhecimento do universo educacional”.

Observou-se, nessa categoria, que a avaliação externa é entendida pelos autores analisados como um meio estratégico importante para analisar, diagnosticar e medir como anda o processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de monitorar o desempenho das redes de ensino e subsidiar políticas de cunho educacional para alavancar a qualidade da educação.

### **3.3 Usos da Avaliação Externa pela Secretaria de Educação**

No que se refere aos usos das avaliações externas pelas Secretarias de Educação, Pott (2013, p. 124) aponta que existe um clima de desmotivação escolar quanto ao uso das avaliações externas, já que “as informações passadas e ações sugeridas para a Secretaria municipal local demoram a se concretizar, isso quando ocorrem”. Contudo, o uso destas avaliações possibilitou a reflexão da escola quanto a questões curriculares e didáticas.

Nesse sentido, Oliveira (2011) destaca que as Secretarias de Educação têm utilizados os resultados das avaliações na formação continuada de professores, através de cursos e atividades que possibilitem os professores compreenderem os seus resultados, como tem acontecido no Ceará. Além disso, Oliveira (2011) menciona que os resultados das avaliações também são utilizados pelas Secretarias para o alinhamento curricular, como é o caso dos Estados de São Paulo, Espírito Santo e Pernambuco. Por fim, a avaliação também é

entendida como um componente da avaliação do desempenho dos professores e dos diretores, como é o caso do Distrito Federal (OLIVEIRA, 2011).

Sendo assim, Perboni (2017, p. 11) destaca que “as redes estaduais se utilizam de vários instrumentos na gestão de suas escolas”, entre as quais se encontram “a convivência entre provas de mérito aplicadas a docentes, bônus vinculados aos resultados das escolas e outros mecanismos de gestão que se utilizam dos resultados das avaliações”. O autor identifica ainda a utilização dos resultados da avaliação “como forma de premiação, bonificação ou vinculação à remuneração dos docentes e de outros profissionais da educação”, “a distribuição de recursos materiais ou financeiros às escolas e também distribuição de prêmios aos alunos” (PERBONI, 2017, p. 11).

Diante disso, Rosistolato, Prado e Martin (2018) indicam a ausência de esclarecimento do governo federal para os professores e gestores das escolas em relação à utilização das avaliações externas, e da passividade da escola quanto a esta avaliação. Consideram que há a necessidade de que os gestores e os professores entendem a avaliação como um componente para a melhoria da qualidade educacional. Outro aspecto apontado por Rosistolato, Prado e Martin (2018) se refere à questão de que os gestores centrais não discutem as suas responsabilidades com relação à formação dos gestores e dos professores, ficando também neste lugar de passividade como as escolas.

Nessa categoria fica evidente que os usos ou utilização das avaliações externas pelas Secretarias de Educação, possibilitaram uma maior reflexão por parte das instituições de ensino quanto a questões curriculares e didáticas. Contudo, a falta de esclarecimentos quanto à utilização dos resultados das avaliações externas pelos gestores e docentes, evidencia que ambos os profissionais entendem a avaliação externa apenas como um componente para melhoria educacional, visando, sobretudo, alcançar bonificações por mérito.

### **3.4 Usos da Avaliação Externa pela Gestão Escolar**

Quanto aos usos das avaliações externas pela gestão escolar, Machado e Alavarse (2015, p. 75) apontam que os dados gerados e disponibilizados, como por exemplo, o IDEB, podem levar a reflexões “tanto pela gestão de

sistema com a gestão escolar”, no sentido de “ser empreendidas nos espaços pedagógicos e no cotidiano da escola para lançar luzes sobre o trabalho que é realizado com o objetivo de avaliá-lo”. Segundo os autores, esse movimento busca “estabelecer as metas e prioridades para a continuidade das ações coletivas nas redes e nas escolas na constante busca da melhoria da sua qualidade” (MACHADO; ALAVARSE, 2015, p. 75).

Além disso, para Machado (2016, p. 238) o exame “dos dados coletados pela Prova Brasil e disponibilizados pelo Inep pode fazer a diferença na compreensão das ações que os profissionais da educação assumem adotar e das situações que ocorrem no interior das escolas”. Ao analisar os questionários respondidos por diretores da rede pública de Guarulhos (SP) no ano de 2011, a autora destaca que os gestores das escolas estaduais afirmam sofrer menos interferência externa do que os gestores das escolas municipais, assim como “o número de gestores que se sente apoiado pelas instâncias superiores é menor nas escolas municipais do que nas escolas estaduais” (MACHADO, 2016, p. 237).

Diante desses fatos, Horta Neto (2010) aponta que “o diretor, a equipe pedagógica e os professores que atuam na escola têm um papel importante em todo o processo educacional”, mas considera que “isso não significa que se deva imputar a esses agentes uma culpabilidade sobre os resultados negativos que o processo educacional vem alcançando”. De acordo com o autor, essas instâncias devem “buscar formas de colaboração em que juntos – agentes, poder público e sociedade – tenham fóruns adequados que lhes permitam discutir esses resultados e encontrar soluções que possibilitem superar os problemas encontrados” (HORTA NETO, 2010, p. 98).

Nesse viés, Cunha, Barbosa e Fernandes (2015, p. 405) destacam a “tensão sofrida pela gestão da escola por conta do advento das avaliações externas”, relatando que a gestão escolar vive a contradição entre confiar e cobrar. Apontam que “os diretores de escola se mostram mais propensos a aceitar as avaliações externas se comparados aos professores, sujeitos sobre os quais recaem, no micro cotidiano, as cobranças pela obtenção de resultados favoráveis” (CUNHA; BARBOSA; FERNANDES, 2015, p. 406).

Dessa maneira, Bauer, Alavarse e Oliveira (2015, p. 1369) reconhecem a utilidade das avaliações em larga escala, mas questionam alguns pontos do seu uso no âmbito da gestão,

caso dos critérios de alocação dos recursos para as escolas com melhores resultados, o pagamento de bônus aos professores, o ranqueamento como estímulo para “a competição entre escolas e redes de ensino” e “seu entendimento como indicador único e principal de qualidade de ensino”.

Nessa categoria, coloca-se em ênfase que os gestores em conjunto com toda comunidade escolar possuem um papel fundamental no processo educacional, como já foi mencionado anteriormente, considerando que devem discutir sobre o real objetivo das avaliações em larga escala, sua disseminação e usos de seus resultados, objetivando “alimentar debates e impulsionar o desenvolvimento do sistema educacional”. (ALAVARSE, 2013, p. 148).

### 3.5 Usos da Avaliação Externa pelos professores

A avaliação externa, além de ser utilizada como uma forma de diagnóstico da aprendizagem, ela é fundamental para a formulação de políticas públicas, contudo Torrezan (2018, p. 66) aponta que essa avaliação, que poderia ser tomada “como parâmetro para a ação dos professores com o intuito de melhorar a qualidade educacional”, acaba se reduzindo a atribuição de resultados. Cabe mencionar que as avaliações externas parecem ter sido desenvolvidas com a intenção de gerar informações para os gestores de redes educacionais “do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação” (SANTOS; SABIA, 2015, p. 367).

Relacionado a tal fato, vale a pena destacar que, infelizmente, devido à pressão por resultados cada vez maiores e melhores, nessas avaliações, o trabalho docente acaba sendo limitado, pois conforme ressalta Torrezan (2018, p. 275) “em razão da pressão imposta pela cultura dos resultados e sua utilização para a orientação de políticas de responsabilização com consequências materiais e simbólicas aos profissionais da educação, limita a autonomia no trabalho docente e compromete a formação dos estudantes”. Nessa perspectiva, “ampliam-se as iniciativas do Ministério da Educação e dos sistemas de ensino estaduais para estimular o uso dos resultados obtidos nas avaliações externas, sistematizando metas e/ou estabelecendo a meritocracia e a bonificação como forma de valorizar os profissionais da educação [...]” (SANTOS; SABIA, 2015, p. 365).

Assim, de acordo com Passone (2014, p. 435), nota-se que os usos das avaliações externas, que são em sua maioria padronizados, e o incentivo monetário direcionado aos professores, “está diretamente relacionado com os processos de descentralização administrativa, financeira e pedagógica, e com a introdução de ações de responsabilização no campo educacional”. A respeito disso, Machado e Alavarse (2015, p. 74) observam que “a ênfase na crença de seus resultados como portadores da ‘última palavra’”, os necessários debates críticos sobre a situação educacional e seus procedimentos, além de submeter os professores a uma pressão externa, subtrai deles “a autonomia profissional” e os impede, contraditoriamente, de desenvolver trabalho mais profícuo com seus alunos.

Segundo Santos e Sabia (2015), as avaliações externas devem ser utilizadas para orientar o trabalho do professor e a sua prática docente, num processo de ação, reflexão e ação. Assim, com base nos resultados, os professores das escolas orientam os planos e as metodologias de ensino e adotam o modelo dessa avaliação no ambiente escolar em atenção e atendimento aos seus conteúdos. Além disso, os docentes ao receberem os resultados das avaliações acabam sendo influenciados a produzirem materiais exclusivos para o treinamento, focando assim nos “conteúdos a serem trabalhados naquele corrente ano letivo, com determinado ano/série em sala de aula” (SANTOS, SABIA, 2015, p. 372). Dessa maneira, as instituições de ensino passaram a adequar os conteúdos escolares as provas em larga escala, objetivando que o aluno conseguisse atingir um alto desempenho, pois só assim a escola se enquadraria dentro de um falso padrão de qualidade (PASSONE, 2014). Diante disso, a maioria dos professores, com a intenção de receber o “bônus mérito”, assumem o discurso de que os resultados das avaliações externas são “como mecanismo de melhoria da qualidade da educação, sem especificar e aprofundar como isso vem ocorrendo” (PASSONE, 2014, p. 442).

Se as avaliações externas surgiram com o intuito de promover a melhoria nas práticas de ensino e de aprendizagem, observa-se que atualmente essas avaliações vêm sendo utilizadas, apenas, para “produzir informações para os gestores de redes educacionais do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de

ensino e práticas de avaliação” (SANTOS; SABIA, 2015, p. 367). Assim, frente às informações mencionadas é necessário evidenciar que se torna essencial, segundo Machado e Alavarse (2015), a busca de um processo mais amplo de avaliação de sistemas, escolas e redes, para que esse possa: ir além da utilização de provas padronizadas, reduzir a pressão sobre os docentes, alunos e comunidade escolar, e alcance o caráter político da educação escolar. Bauer (2011) salienta que propor formações aos professores nas áreas em que os alunos não foram tão bem nas avaliações em larga escala não é o ideal, já que as condições sociais e econômicas em que os alunos vivem podem interferir no resultado destas avaliações.

Nessa categoria, nota-se que os usos dos resultados as avaliações externas podem ser usados para orientar o trabalho do professor e o processo de ensino-aprendizagem como um todo. No entanto, os resultados vêm delimitando a autonomia dos docentes visto que, como já foi mencionado anteriormente por Machado e Alavarse (2015), os professores acabam sendo submetidos a uma alta pressão externa por resultados cada vez mais elevados, o que os impede de desenvolver um trabalho mais proveitoso com os estudantes.

#### 4 CONCLUSÃO

A pesquisa de natureza bibliográfica objetivou mapear e analisar a produção de conhecimento sobre os usos da avaliação externa publicada em artigos científicos, teses, dissertações e anais de eventos, no período compreendido entre 2008 e 2018, com a intenção de compreender como os/as autores/as das produções destacam as utilizações dos resultados dessas avaliações pelas secretarias de educação, gestores escolares e professores. No período analisado, foram encontrados 27 trabalhos distribuídos em 14 artigos científicos, 7 dissertações, 4 anais de eventos e 2 teses.

Os dados mostram que as avaliações externas ocupam, desde o início dos anos 1990, uma posição central nas políticas educacionais no Brasil, sendo tomadas pelo “poder público sob o pressuposto de que a avaliação pode ‘produzir’ um ensino de melhor qualidade” (SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 794). Contudo, essa adoção das avaliações está inserida em um contexto mais amplo, conforme observa Ghisleni (2015, p. 11), ao destacar que “tal preocupação permitiu que a política de avaliação pudesse ser percebida não

somente como uma política educacional nacional, mas como uma construção vinculada à inserção do Brasil no processo mais amplo de globalização”.

A avaliação externa é centralizada e tem foco predominante o rendimento do aluno aferido por meio de exames em larga escala, que incidem como determinantes do desempenho dos sistemas de ensino. Essas avaliações baseiam-se principalmente nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, levando, por vezes, ao estreitamento curricular, visto que a valorização desses conteúdos em detrimento dos demais que compõem o currículo escolar das redes de ensino, acabam também sinalizando o investimento de secretarias de educação, gestão escolar e professores em conteúdos que serão cobrados nos exames realizados pelo poder público.

Os resultados dos trabalhos analisados mostram que as secretarias de educação têm utilizado os dados oriundos das avaliações externas para ações de supervisionamento e monitoramento para a melhoria dos índices educacionais e implementação de políticas educacionais, considerando os múltiplos aspectos decorrentes do processo, desde como essa avaliação é realizada, quais seus objetivos, quais os atores envolvidos (federais, estaduais e municipais). Em geral, esses resultados são transcritos em gráficos, indicadores e índices que retornam as escolas e são transformados em classificações e ranqueamentos das instituições.

No que diz ao uso dos resultados das avaliações externas pela gestão escolar, os trabalhos apontam a busca pelo estabelecimento de metas e prioridades; a realização de fóruns, encontros, seminários de discussão dos resultados; a busca de soluções para superação de problemas. Contudo, gestores e professores não podem ser responsabilizados pelos maus resultados dessas avaliações, o que comumente costuma acontecer por pressões externas. Ressalta-se que, no processo avaliativo, a gestão é mais propensa a aceitar esse tipo de avaliação, mas vive o dilema entre confiar e cobrar.

Quanto à utilização dos resultados das avaliações externas pelos professores, os trabalhos destacam que essas avaliações levam ao estreitamento curricular, quando da supervalorização dos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, que constituem essas avaliações. Outro componente presente nesse cenário é a avaliação como um mecanismo de

pressão sobre os docentes, visto que, com o intuito de receber bonificações, os professores deixam de utilizar os resultados para uma melhora nas práticas de ensino e aprendizagem e focalizam tais resultados em uma corrida por notas cada vez mais altas, a fim de evitarem punições e assim alcançarem premiações por mérito.

### Referências

ALAVARSE, O. M.; BRAVO, M. H.; MACHADO, C. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, 2013.

<https://doi.org/10.18222/eae245420131900>

BAUER, A. Formação continuada de professores e resultados dos alunos no SARESP: propostas e realizações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 809-824, dez. 2011.

<https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400009>

BAUER, A.; ALAVARSE, O. M.; OLIVEIRA, R. P. de. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez., 2015.

<https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508144607>

BLASIS, E. de; FALSARELLA, A. M.; ALAVASRE, O. M. **Avaliações externas**: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013.

BROOKE, N.; CUNHA, M. A. de A. Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **Estudos & Pesquisas educacionais Fundação Victor Civita**, São Paulo, n. 2. p. 17-79, nov. 2011.

CALDERÓN, A. I.; BORGES, R. M. Avaliação em larga escala na Educação Básica: usos e tensões teórico-epistemológicas. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 28-58, jan./mar. 2020.

<https://doi.org/10.22347/2175-2753v12i34.2281>

CASTRO, M. H. G. de. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 271-296, set./dez. 2009.

CUNHA, R. C. O. B.; BARBOSA, A.; FERNANDES, M. J. da S. Implicações das avaliações externas para o trabalho docente coletivo. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 386-416, maio/ago. 2015.

<https://doi.org/10.18222/eae266203288>

FREITAS, L. C. de *et al.* **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GHISLENI, A. C. **Efeitos da política nacional de avaliação em larga escala na gestão e na prática pedagógica no Sistema Municipal de Porto Alegre (2005-2013)**. 170 f. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GOMES, M. P. Avaliação educacional e a qualidade da educação básica. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 28, 2017, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: ANPEd, 2017. p.3606-3610.

HAYASHI, C. R. M. Apontamentos sobre a coleta de dados em estudos bibliométricos e cientométricos. **Filosofia e Educação**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 89-102, out. 2013.

<https://doi.org/10.20396/rfe.v5i2.8635396>

HORTA NETO; J. L. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 227, p. 84-104, jan./abr. 2010.

<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.91i227.604>

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, p. 27-45, 2007.

<https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Responsabilização ou controle da qualidade do ensino: a que serve a avaliação externa? **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v.25, n.48, p.67-79, jan./abr.2015.

<https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol25.n48.p67-79>

MACHADO, C. Avaliação externa e escolas públicas: Elementos de gestão escolar democrática. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 64, p. 218-240, jan./abr. 2016. <https://doi.org/10.18222/eae.v27i64.3485>

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

NUNES, E. R. F. **Sistema de avaliação educacional de Rondônia: desafios para sua continuidade**. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

OLIVEIRA, L. D. **Implicações da Prova Brasil na formação continuada de professores: uma análise da rede municipal de ensino de Florianópolis (2005-2010)**. 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PASSONE, E. F. K. Incentivos Monetários Para Professores: Avaliação, Gestão e Responsabilização na Educação Básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.44, n. 152, p. 424-448, abr./jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/198053142864>

PERBONI, F. Tendências e convergências das políticas de bonificação vinculadas às avaliações externas e em larga escala nas redes estaduais de educação. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38, São Luís. **Anais [...]** São Luís: ANPEd, 2017. p. 1-16.

POTT, F. P. **Avaliação e gestão da alfabetização: usos da Provinha Brasil no município de Dourados-MS**. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Da Grande Dourados, Dourados, 2013.

QUERIDO, P. H. de A. **Os usos dos resultados das avaliações externas por escolas na proposição de ações de melhoria**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional: Programa Formação de Formadores Ação pedagógica e avaliação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

ROSISTOLATO, R.; PRADO, A. P.; MARTINS, L. R. A “realidade” de cada escola e a recepção de políticas educacionais. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 98, p. 112-132, jan./mar., 2018. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002601074>

SANTOS, U. E. dos; SABIA, C. P. de P. Percurso Histórico do Saesp e as Implicações para o Trabalho Pedagógico em Sala de Aula. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 354-385, maio/ago., 2015. <https://doi.org/10.18222/eae266203006>

SOUSA, S. Z. L. de; OLIVEIRA, R. P. de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, set./dez. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300007>

TORREZAN, H. E. **Desdobramentos do Saesp na Prática Docente: percepções de professores e coordenadores pedagógicos de escolas estaduais paulistas**. 2018. 328 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.

VIANNA, H. M. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 28, p. 23-38, jul./dez. 2003. <https://doi.org/10.18222/eae02820032168>